

Audiovisual brasileiro em busca da democracia

Marcelo Pedrosa de Jesus ()*

No dia 15 de agosto de 2019, numa de suas lives semanais transmitidas pela internet, o presidente Jair Bolsonaro protagonizou um dos inumeráveis episódios de infâmia que marcaram seu governo. Sentado ao lado do então presidente da Embratur, o pernambucano Gilson Machado, e aparentando estar muito animado para falar com sua claque de internautas, o mandatário resolveu abordar o tema das políticas públicas para o audiovisual. Num giro relâmpago de menos de três minutos, ele atacou e desqualificou quatro projetos que estavam aprovados por editais da Agência Nacional de Cinema (Ancine) mas que, na sua opinião, mereciam “ir para a vala”. A seleção dos projetos para servir de exemplo do que deveria ser censurado em seu governo não foi aleatória: todos versavam, através de distintas perspectivas, sobre debates de gênero ou raça.

Esta live do presidente é emblemática do retrocesso que se abateu sobre o audiovisual brasileiro desde 2016, quando o golpe jurídico-empresarial-parlamentar que derrubou a presidenta Dilma Rousseff fundou as bases para a eleição de Bolsonaro em 2018. Desde então, o cinema brasileiro, que atravessava um de seus mais prósperos ciclos, passou a viver uma espécie de colapso e ainda pena para se recuperar.

Os dados de 2017 atestam do vigor da nossa produção audiovisual recente. Naquele ano, tivemos um recorde de 160 longas-metragens nacionais lançados em salas de cinema de todo o país - cifra responsável por um público de 17 milhões de pessoas

(ou quase 10% do total de ingressos vendidos no período). Trata-se de números expressivos e que refletem também um avançado nível de profissionalização do audiovisual brasileiro, com amplo reconhecimento em festivais estrangeiros e no mercado exterior.

Nos últimos anos, no entanto, toda esta cadeia produtiva, que envolve um conjunto de 300 mil profissionais e movimenta cerca de R\$ 25 bilhões por ano (ou 0,46% do PIB brasileiro, índice maior do que o da indústria farmacêutica), foi comprometida pela paralisação da Ancine. Responsável pela implementação das políticas públicas para o setor, a Agência foi criada em 2001 e, em 2006, passou a definir, principalmente através de editais públicos, o direcionamento de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Apesar do comprovado êxito de suas ações, a Ancine foi transformada, durante o governo Bolsonaro, numa instituição kafkiana que praticamente suspendeu o repasse dos recursos e passou, através de diligências intermináveis, a fazer exigências infundadas que inviabilizavam a execução dos projetos.

Mas o que entrou em colapso com os ataques à Ancine não foi apenas uma florescente indústria audiovisual que começava a demonstrar sua força e buscar autonomia frente ao mercado ainda majoritariamente voltado para o cinema americano. O que esteve ameaçado neste período, foi sobretudo o esforço, ainda incipiente, de democratização dos recursos do audiovisual para os segmentos sociais historicamente alijados do acesso aos mesmos.

Dados de uma pesquisa da Ancine revelaram que, em 2016, dos 142 longas-metragens brasileiros lançados nas salas de cinema, nenhum foi dirigido ou produzido por mulheres negras. Os indicadores alarmantes, diante de uma população composta, segundo o IBGE, por 51% de mulheres e 54% de pessoas negras,

demonstram ainda que homens brancos estiveram à frente da direção de 75% dos longas lançados naquele ano.

Tal discrepância precisa ser corrigida através da superação das determinações patriarcais e racistas que marcam nossa formação histórica. E um dos caminhos para isto está na implementação de políticas públicas que consigam reverter as desigualdades. Algo que a sociedade brasileira vinha começando a realizar, através de mobilização social e luta política dos movimentos organizados, no audiovisual através de editais voltados para setores subalternizados da população, assim como pela introdução de ações afirmativas nos processos seletivos. Ainda que timidamente, estes esforços começavam a fazer a diferença e anunciavam a possibilidade de uma reformulação mais ampla e vigorosa.

Mas, como demonstrou a fala do presidente em sua live de 15 de agosto, ainda que modestos frente à discrepância da distribuição dos recursos, estes esforços pela democratização do audiovisual incomodaram muita gente. No momento que parecemos retomar a possibilidade de um caminho construtivo para o cinema brasileiro, é preciso que esta agenda esteja no centro do debate. Que as pautas e negociações sejam recuperadas no estágio em que foram interrompidas, a fim de seguirmos com a pavimentação de um caminho seguro para políticas mais justas e socialmente referendadas. De cujo horizonte possa ressaltar, finalmente, um audiovisual plural, democrático e efetivamente representativo de nossa população em sua diversidade.

(*) *Documentarista, pesquisador e educador. E-mail: marcelo.pedroso@gmail.com*